



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

*International Journal of Development Research*  
Vol. 11, Issue, 12, pp. 52684-52688, December, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.23661.12.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DO OLHAR DOCENTE

**Elcimar Simão Martins\***, Rubens Pimentel da Costa, Cecilia Maria Lima Silva, Luis Moreira de Oliveira Filho, Juliana Fernandes da Silva Queiroz, Elisangela André da Silva Costa and Olienaiide Ribeiro de Oliveira Pinto

Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 62790-970, Redenção, CE, Brasil

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 28<sup>th</sup> September, 2021  
Received in revised form  
10<sup>th</sup> October, 2021  
Accepted 29<sup>th</sup> November, 2021  
Published online 28<sup>th</sup> December, 2021

#### Key Words:

Política Educacional,  
Reforma do Ensino Médio, Professores.

#### \*Corresponding author:

Elcimar Simão Martins

### ABSTRACT

A reforma do Ensino Médio é uma política pública que traz desafios e perspectivas para professores e alunos da última etapa da Educação Básica, que apresenta fragilidades ao longo da história. O trabalho tem como objetivo compreender os desafios e as perspectivas dos docentes frente a reforma do Ensino Médio. O percurso metodológico se deu por meio da abordagem qualitativa, a partir de um Estudo de caso, em uma escola de Ensino Médio no município de Baturité, Ceará, Brasil. Utilizou-se um questionário on-line, elaborado no Google Forms, disponibilizado aos professores e que contou com catorze participantes. O estudo revelou que não houve uma discussão ampla e efetiva sobre a reforma do Ensino Médio com docentes, discentes e a sociedade. Assim, boa parte dos docentes tem pouco conhecimento sobre a lei 13.415/2017, que normaliza e traz mudanças na vida escolar de alunos e professores. Os participantes também revelaram a preocupação com os itinerários formativos e a pouca maturidade dos adolescentes para fazer uma escolha tão séria. Conclui-se a necessidade de um processo formativo com os docentes para que possam lidar com as mudanças proposta ao ensino e à aprendizagem.

Copyright © 2021, Elcimar Simão Martins et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Elcimar Simão Martins, Rubens Pimentel da Costa, Cecilia Maria Lima Silva, Luis Moreira de Oliveira Filho, Juliana Fernandes da Silva Queiroz, Elisangela André da Silva Costa and Olienaiide Ribeiro de Oliveira Pinto. "Reforma do ensino médio: desafios e perspectivas a partir do olhar docente", *International Journal of Development Research*, 11, (12), 52684-52688.

## INTRODUCTION

Este artigo trata de uma Política Pública Educacional, a Reforma do Ensino Médio no Brasil, que surgiu em setembro de 2016, através da medida provisória 746/16 enviada ao Congresso Nacional e transformada na lei 13.415, de fevereiro de 2017, modificando o regulamento do sistema educacional brasileiro, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96. O ministro da educação da época, Mendonça Filho, afirmou que o novo Ensino Médio seria mais atrativo e permitiria a melhoria da qualidade da educação, além de proporcionar mais protagonismo mais oportunidades ao jovem, do ponto de vista profissional e educacional (BRASIL, 2017). Segundo Souza e Garcia (2020), apesar de que as reformas educacionais sejam necessárias, elas irão contribuir para o aumento da desigualdade social, gerando retrocesso na educação básica, dificultando a construção de uma sociedade justa, com mais igualdade. As principais mudanças dessa reforma começam na carga horária, que foi ampliada de 2.400ha para 3.000ha, mas dividida em

1.800ha para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e 1.200ha para os Itinerários Formativos (IFs) (HERNANDES, 2019). A BNCC define uma formação geral, definindo competências e habilidades que todos estudantes precisam desenvolver. Com esse novo modelo, o ensino ficou "teoricamente" mais flexível para os alunos escolherem quais e quantas disciplinas querem cursar, sendo obrigatório no currículo apenas as disciplinas de português, matemática e inglês. Contudo, vale ressaltar que as escolas não irão ofertar todos os itinerários. Com isso, a ideia de autonomia na escolha dos alunos, não se concretiza na prática. Já os IFs representam a novidade para a composição do currículo e são divididos em cinco áreas: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas e Formação técnica e profissional, que devem ser organizados pelas escolas, conforme a relevância para o contexto local e a oportunidade dos sistemas de ensino, atribuindo-lhes a possibilidade que tenham em ofertá-los (HERNANDES, 2019). Os professores enfrentarão novos desafios para reestruturarem suas metodologias e práticas pedagógicas para essa nova proposta de ensino interdisciplinar. Tendo em vista que a reforma foi implementada sem ampla discussão e

formação adequada para os professores do Ensino Médio. Nesse ponto de vista, o principal objetivo desta pesquisa é compreender os desafios e as perspectivas dos docentes frente a reforma do Ensino Médio. Assim, o estudo ainda pretende analisar como está sendo implementada a formação dos professores com essa nova realidade, assim como, os pontos positivos e negativos dessa nova proposta de ensino.

## METODOLOGIA

O estudo foi realizado por meio de perspectiva qualitativa, que possibilitou problematizar uma temática do contexto presente, levantar novas informações e apontamentos sobre a temática. Desse modo, a pesquisa qualitativa trabalha questões mais particulares das ciências sociais que não podem ser quantificadas (MINAYO, 2001). A presente investigação se caracteriza como um estudo de caso sobre o Novo Ensino Médio, referente à realidade dos professores da escola Liceu Domingos Sávio, localizada no município de Baturité, Ceará, Brasil. O estudo de caso constitui-se de produção e análise de informações de um determinado indivíduo, família ou grupo, buscando estudar aspectos diversos, por meio da investigação em questão (PRODANOV; FREITAS, 2013). Neste viés, o estudo utilizou-se das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para a produção dos dados da pesquisa, por meio da aplicação de um formulário *online*, elaborado no Google Forms e disponibilizado aos professores. Segundo Chaer, Diniz e Ribeiro (2011, p. 260): “o questionário é uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade, tanto do empreendimento quanto do mercado que o cerca”. Dessa forma, os professores que participaram dessa pesquisa, destacaram suas reflexões e análises a respeito da reforma do Ensino Médio. Assim, a análise de dados teve um cunho subjetivo por meio de ferramentas descritivas que permitiram compreender de forma mais próxima da realidade as percepções e análises dos professores participantes do estudo (REIS; REIS, 2002). Evidenciamos que, para fins de análise, e, visando garantir o anonimato dos participantes, utilizamos a letra “P” para representar os professores, seguida de um número para estabelecer ordem, preservando assim a identidade dos informantes. Para tanto, nos guiamos pela Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016b), que determina normas para as pesquisas em ciências humanas e sociais e assevera o dever ético do pesquisador; e também pelo Ofício Circular nº 2/2021, que traz orientações para pesquisas em ambiente virtual (BRASIL, 2021).

## REFERENCIAL TEÓRICO

O Ensino Médio no Brasil apresentava algumas fragilidades na oferta e, inclusive, na definição de políticas educacionais que garantissem uma educação para todos e de qualidade (KRAWCZYK, 2011). Assim, o Ensino Médio tinha problemas estruturais, de organização, falta de recursos e subsídios financeiros necessários para o desenvolvimento do trabalho docente e da formação de professores (KUENZER, 2011). Desse modo, em abril de 2013, foi sancionada pela presidenta da República, Dilma Rousseff, a lei 12.796, que torna a obrigatoriedade do Ensino Médio em todo território nacional. Anteriormente, apenas o ensino fundamental era obrigatório; assim ficou estabelecido que as redes de ensino municipais e estaduais teriam até 2016 para se organizar perante a nova lei (BRASIL, 2013). De acordo com a Lei nº 12.796 de 2013 e a Constituição de 1988, a Educação Básica é gratuita e obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade: “A Constituição estabelece que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e que não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente” (BRASIL, 1988). Assim, a Educação Básica é compreendida pela Pré-Escola, Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo essas três etapas gratuitas e obrigatórias, oportunizando com que os discentes tenham acesso à educação e a seus direitos como cidadãos. Desse modo, o Ensino Médio no Brasil é a última etapa da educação básica, em que encontram-se os adolescentes, na idade entre 15 a 17 anos,

que já completaram o Ensino Fundamental e estão caminhando para a conclusão da Educação Básica, tendo duração de três anos e seu principal objetivo é aprimorar os conhecimentos obtidos pelos estudantes no Ensino Fundamental, prepará-los para o mundo do trabalho e para a cidadania. Segundo a LDB 9394/96, a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, sendo dever da família e do Estado garantir todo o processo educacional: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 01).

Desse modo, a educação e a organização curricular devem estar pautadas num conjunto de questões socioculturais e epistemológicas para formar educandos mais críticos e reflexivos na construção de uma educação de qualidade. Assim, o Ensino Médio é uma etapa importante no desenvolvimento pessoal e profissional do aluno, pois é uma fase em que o discente se prepara para entrar numa sociedade competitiva e desigual (BRASIL, 2006). Corroborando com isto, Saviani (2020, p.37) destaca que “O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas”. Com efeito, não deve formar os discentes para serem técnicos no mundo do trabalho ou para sanar as necessidades de uma sociedade capitalista, mas sujeitos ativos e reflexivos para o desenvolvimento de novas habilidades e competências para o aprimoramento de suas aprendizagens. Nos anos finais da década de 1990 e iniciais do século XXI, o Ensino Médio no Brasil passou por uma reforma estrutural e conceitual, mas sem perspectivas concretas de melhoria da educação (ZIBAS, 2005). Assim, com o passar do tempo os sistemas de ensino tentam aperfeiçoar as políticas públicas no sentido de aprimorar o Ensino Médio em sua estrutura curricular e pedagógica. Nesta perspectiva, os debates e as discussões de políticas públicas para o Ensino Médio têm se intensificado nos últimos dez anos. As entidades privadas e o Ministério da Educação (MEC), junto com conselhos de secretários da Educação, propõem a flexibilização dos percursos formativos, de modo a permitir que o aluno tenha uma base nacional comum e possa se aprofundar em uma área do conhecimento ou de uma formação técnica e profissional (KUENZER, 2017).

No ano de 2017, com a lei 13.415, foi estabelecido que as escolas deveriam ampliar a carga horária de 800 horas anuais para 1.000 horas, tendo um tempo de transição de cinco anos contados a partir de março de 2017, e progressivamente deveriam oferecer a carga horária anual de 1.400 horas, tornando-se escolas de tempo integral (HERNANDES, 2020). Assim, parte desta carga horária deve ser destinada à BNCC e a outra parte para itinerários formativos, possibilitando a flexibilização do currículo do Ensino Médio e mais caminhos formativos para estudantes. No entanto, isso depender da oferta dos sistemas de ensino, tornando assim o ensino ainda mais desigual, em virtude que nem todas as escolas poderão oferecer todos os itinerários formativos existentes no currículo. Os direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio são garantidos por meio de cinco áreas do conhecimento, quais sejam: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V- Formação técnica e profissional (BRASIL, 2017). Desse modo, estruturado a partir dessas áreas e por meio dos itinerários formativos, o currículo do Ensino Médio também está pautado em formar o estudante para um desenvolvimento integral, voltado para a construção do seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. No entanto, com essa nova reforma do Ensino Médio surgiram novos dilemas no contexto educacional brasileiro. Segundo Souza, Pereira e Honorato (2020), a reforma do Ensino Médio foi um retrocesso para a educação brasileira, pois valoriza um ensino tecnicista, que se pauta nas necessidades de uma sociedade capitalista e com influências neoliberais, comprometendo, desta forma, a qualidade do ensino. Outro ponto é que as discussões sobre a BNCC e sobre a reforma não chegaram a todas as escolas, os professores e os sujeitos do processo

educativo. De acordo com as ideias de Hernandes (2019), a atual reforma foi imposta de forma totalmente arbitrária, sem amplo debate sobre seus efeitos na educação e na vida dos educandos e docentes. Assim, vários serão os desafios para os sistemas de ensino e para educação como um todo.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreender os desafios e as perspectivas dos docentes frente a reforma do Ensino Médio guiou o nosso trabalho de investigação. Para tanto, a produção de dados foi realizada por meio de um questionário, do tipo formulário eletrônico, respondido por catorze professores da Escola Estadual Liceu de Baturité Domingos Sávio, localizada no município de Baturité, Ceará, Brasil. Da análise dos questionários, depreendemos que 57% de docentes são do sexo feminino e 43% do sexo masculino. De acordo com a faixa etária, temos 21% de docentes entre 20-30 anos, 29% entre 31-40 anos, 43% entre 41-50 anos e 7% com mais de 50 anos. Foi constatado ainda que todos os participantes possuem nível superior completo, sendo que 6 têm licenciatura plena em letras, 2 têm licenciatura plena em educação física, 3 têm licenciatura plena em matemática, 1 tem licenciatura plena em geografia, 1 tem licenciatura em ciências da natureza com habilitação em biologia e um possui licenciatura plena em ciências sociais. Todos cursaram alguma pós-graduação, sendo 2 especialização em letras, 3 em gestão escolar, 1 em cultura, arte e literatura, e 2 especialização em educação física, 2 mestrado em educação, 2 mestrado em matemática, 1 mestrado em linguística, 1 mestrado em geografia. Percebemos que os docentes têm investido em sua formação acadêmica no intuito de melhorar sua formação continuada, suas metodologias e práticas pedagógicas. Neste viés, foram observadas as disciplinas em que os docentes lecionam, sendo que 6 docentes ensinam Língua portuguesa, 1 Língua espanhola, 1 Língua Inglesa, 1 Educação Física, 1 sociologia, 1 geografia, 1 Matemática, 1 Matemática e Física, 1 Biologia. Verificamos que a maioria dos profissionais está lecionando as disciplinas de acordo com a sua formação inicial; somente um professor está lecionando Matemática e Física em virtude da necessidade da instituição.

Em relação ao tempo de docência, foi constatado que as experiências profissionais são bem variadas, tendo professores iniciantes entre 1-5 anos até mesmo professores com mais de 30 anos de docência. Assim, utilizando os estudos Huberman (2013), 14,3% dos docentes são professores iniciantes com 1-5 anos de docência, estão na primeira fase de sua trajetória profissional; 28,6% dos professores, com 6-10 anos estão na segunda fase; 35,7% dos docentes com 10-20 anos estão na terceira fase; 14,3% dos educadores, com 20-30 anos estão na quarta fase e, 7,1% com mais de 30 anos estão na quinta e última fase do seu ciclo de vida profissional. Desse modo, o desenvolvimento da carreira profissional é essencial para a construção da identidade docente, por meio das vivências, experiências e aprendizagens que os docentes vão construindo e consolidando sua trajetória profissional. Corroborando com isto, Huberman (2013, p. 38) destaca que “desenvolvimento de uma carreira é, assim, um processo e não uma série de acontecimentos. Para alguns, este processo pode parecer linear, mas, para outros, há patamares, regressões, becos sem saída, momentos de arranque, descontinuidades”. Assim, a carreira profissional é um processo contínuo, de altos e baixos e o professor precisa ser o autor do seu processo formativo, pois a todo momento está se redescobrimo e se reinventando para que possa superar os desafios da trajetória profissional.

Neste viés, foi indagado aos docentes o que eles compreendiam pela atual Reforma do Ensino Médio. O docente P.5 destacou que

No meu entendimento, uma reforma que promoverá mudanças na quantidade de horas aulas ofertadas aos estudantes, mudanças no currículo, pois cada rede de ensino precisou construir um novo currículo para as disciplinas da base comum curricular a partir da BNCC, e mudanças naquilo que o aluno irá estudar, pois além da base comum curricular, ele irá cursar itinerários

formativos escolhidos pelo próprio aluno visando o estudo mais aprofundado em uma área de seu interesse (P. 5).

Desse modo, de acordo com o docente, a reforma trata-se de uma mudança na carga horária e no currículo do Ensino Médio no propósito de aprofundar os conteúdos em uma área de interesse do discente, para este se preparar melhor no seu processo formativo e para o mercado de trabalho. O docente P.10, por sua vez, destaca que a reforma é

Uma alteração do regime de organização do processo de ensino e aprendizagem; mais que isso, uma tentativa de modernizar o ensino médio realizada de forma veloz e com pouca discussão com a comunidade escolar e sociedade. A nova modelagem ressignifica o que se conhece por disciplina e insere um regime interdisciplinar, em alguns casos até transdisciplinar, que requer um esforço de adaptação para potencializar o que tem de negativo e transformar positivamente tais pontos, para que, a possibilidade de itinerários formativos das grandes áreas se tornem aliados na aprendizagem dos estudantes. (P.10)

Assim, o docente P.10 destaca que a nova reforma do Ensino Médio é uma proposta de ensino que traz algumas modificações (rearranjos), em sua estruturação, para desta forma tentar melhorar o aprendizado dos alunos. No entanto, a reforma foi imposta como uma tentativa de modernização do Ensino Médio, sem um amplo debate com os principais envolvidos. Neste sentido, P.14 destaca que a Reforma do Ensino Médio é uma

A ampliação do tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional do aluno.

Assim, essa reforma tem como objetivo promover uma nova política na educação, aproximando acentuadamente a interação entre docente-discentes-escola, implementando mudanças no currículo, de modo inter/transdisciplinar, ampliando a carga horária e inserindo itinerários formativos, focados nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional dos discentes (CORRÊA; GARCIA, 2018).

Posteriormente, foi solicitado aos professores que apontassem se participaram de alguma formação ou estudo sobre o novo Ensino Médio. P.6 destacou que:

Sim, participei de discussões coletivas com grupos de pesquisa na área do ensino de geografia. O debate vai em consenso com a percepção de que houve uma imposição, mas que ao mesmo tempo requer uma flexibilidade para transformar os elementos inseridos em potencialidades para o exercício da nossa docência.

Neste sentido, o docente P.6 destacou uma experiência de discussão a partir de uma área do conhecimento, realizada de forma isolada nas escolas. Por outro lado, não houve um debate amplo com a sociedade ou a organização de um processo formativo para os professores lidarem com essa proposta de ensino. Desse modo, a “formação continuada do professor é imprescindível, pois para articular teoria e prática, analisando a realidade vivida, há necessidade de muita reflexão e estudo sobre o cotidiano de sala de aula” (TOZETTO; GOMES, 2009, p. 187). O professor precisa, então, estar constantemente se atualizando e inovando com as novas propostas e metodologias que vêm surgindo na educação e, desta forma, melhorar suas práticas pedagógicas. Contudo, o Estado precisa assegurar um contínuo processo formativo que assegure um melhor processo de ensino e aprendizagem. Na sequência, indagamos aos docentes se vislumbraam benefícios ao processo de ensino e aprendizagem com a implementação da reforma do Ensino Médio. O docente P.6 destaca

A possibilidade de itinerários formativos que coloquem a dinâmica global, o debate científico e discussões que entrem em

um campo de aprofundamento maior, enquanto se mantém o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para avaliações externas.

Nesta perspectiva, a possibilidade de itinerários formativos oportuniza um aprofundamento dos alunos em uma área do conhecimento e assim contribui para melhorar suas habilidades e competências e, conseqüentemente, o seu processo de ensino e aprendizagem. No Por outro lado, P.1 aponta

Do pouco que vi sobre a proposta, vejo que a implantação está um tanto quanto atabalhoada, pois sugere um trabalho interdisciplinar para o qual os professores não foram capacitados. A própria Universidade não capacita seus discentes para trabalhar dessa forma.

A reforma do Ensino Médio, sugere um trabalho de modo interdisciplinar, envolvendo as áreas do conhecimento para a construção de um processo de ensino e aprendizagem mais coerente com as demandas da sociedade. Contudo, como já explicitado, não houve uma formação adequada para os docentes se preparem para essas novas mudanças no Ensino Médio. P.1 relata ainda que os professores, em sua formação inicial, não foram preparados para um trabalho interdisciplinar. Segundo Hengemuhle (2014), a formação docente é um processo de reconstrução da qualificação, que perpassa muitas abnegações e extrema dedicação dos profissionais para ela ser consolidada e os paradigmas serem mudados.

Foi ainda perguntado aos professores quais os principais pontos negativos da reforma do Ensino Médio. P.1 destacou

Vejo muitos pontos negativos. Primeiro, há uma recusa total dos conteúdos teóricos fundamentais. Considero que abrir mão dos conteúdos básicos não trará ganhos para o aluno, uma vez que deixará a cargo dos discentes buscar conhecer certos conteúdos. Um segundo aspecto a considerar é que não há uma qualificação do professor para trabalhar dentro dessa perspectiva interdisciplinar, ou seja, mais uma vez o professor é jogado em um labirinto escuro com a responsabilidade de solucionar um problema (P.1).

P.1. mostra sua irrisignação à proposta, reafirmando que o docente sozinho não pode ser responsabilizado por uma mudança dessa envergadura. O docente P.5 complementou:

Com o pouco que conheço das mudanças propostas pela reforma, entendo que o fato de o aluno escolher apenas uma área de interesse no que diz respeito aos itinerários formativos é algo que precisa ser pensado com cuidado, principalmente em que no momento do Ensino Médio ele estará preparado para fazer essa escolha. Outro ponto a se considerar é que esse período de trabalho remoto devido a pandemia não permitiu que a implementação do novo Ensino Médio pudesse ser discutida com calma em cada escola, pelos professores e todos aqueles que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. A meu ver o início da implementação deveria ser adiado, o ano de 2022 seria um período de formações e discussões dentro de cada escola e redes de ensino (P. 5).

Desse modo, a proposta da reforma destaca que alunos escolherão apenas uma área de interesse, sendo algo que precisa ser pensado com cuidado, pois caso os estudantes queiram futuramente ingressar em uma área que não foi de sua escolha terão que frequentar cursos preparatórios para áreas não escolhidas que se identificaram após a conclusão do Ensino Médio. Outro ponto importante, destacado por P.5, é o contexto pandêmico, em virtude do novo Coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19), localizado pela primeira vez em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China. Estudos recentes destacam que o surto da doença tenha se iniciado no mercado de frutos do mar da cidade chinesa. Desse modo, em janeiro de 2020 foi confirmado sua circulação pela Organização Mundial de Saúde

(OMS), rapidamente a doença se espalhou por diversos países, e em março de 2020 foi declarada como pandemia. Como a doença está associada a uma alta taxa de transmissão, foi necessário impor medidas higiênicas e de distanciamento social com propósito de conter sua rápida propagação (SOUZA; MIRANDA, 2020). Assim, em virtude do contexto pandêmico da COVID-19 foi necessário introduzir nas escolas o Ensino Remoto Emergencial, não favorecendo que a implementação do novo Ensino Médio pudesse ser discutida com calma em cada escola pelos professores e todos aqueles que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. Segundo Hernandes (2020, p. 581):

Não houve debate sobre as alterações propostas para o Ensino Médio pela sociedade brasileira, pela comunidade educativa, tampouco, permitiu que os sistemas de Ensino fizessem diagnósticos sobre as possibilidades de sua realização na realidade concreta das escolas públicas e privadas.

Neste sentido, como indicado por P.5, seria uma proposta viável o adiamento da implantação da proposta e o ano de 2022 seria um período dedicado às formações e discussões dentro de cada escola e redes de ensino para minimizar os impactos da implementação da reforma nos sistemas de ensino.

Por último, a pesquisa analisou as perspectivas dos professores em relação ao novo Ensino Médio. P.6 ressalta que são

Perspectivas positivas. Apesar da configuração inicial ser negativa, o discurso de flexibilidade que o novo modelo traz acaba por tornar a articulação do aprendizado de questões fundamentais com temas de aprofundamento uma ferramenta importante no desenvolvimento científico e socioemocional, não somente dos estudantes, mas de toda a comunidade escolar.

De acordo com P.6 as perspectivas são positivas, no entanto ainda com alguns receios em virtude de ser algo novo e que engloba muitas questões. Por sua vez, o participante P.1 destaca que:

Da maneira como está, as perspectivas são as piores possíveis. A situação é colocada como se fosse uma mera questão de escolha de um livro, mas, na verdade, a questão é muito mais profunda.

Desse modo, P.1 ressalta que há questões mais profundas com a implementação dessa reforma e que as perspectivas são negativas. Assim, é necessário que se tenham mais subsídios e apoio pedagógico para os professores conseguirem lidar com mudanças e dilemas que irão surgir com a implementação da Reforma do Ensino Médio. Frente ao exposto, impor uma política sem haver discussões amplas e reflexivas sobre algumas necessidades e dificuldades que os docentes e discentes apresentaram nesse processo pode trazer muitos dilemas que podem afetar diretamente no processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

## CONCLUSÃO

Esta investigação buscou compreender os desafios e as perspectivas dos docentes frente a reforma do Ensino Médio. Para isto, aplicamos um questionário aos docentes de uma escola de Ensino Médio, localizada no Município de Baturité, Ceará, Brasil. Foi possível notar que há fundamentos teóricos que foram a base dessa pesquisa que têm reflexões e apontamentos bem distintos dos pensamentos dos docentes. Nota-se ainda que os professores desconhecem a lei 13.415/17, que será implantada no próximo ano letivo, que traz mudanças na vida escolar dos alunos e professores. Percebemos que não houve uma discussão ampla e efetiva sobre a reforma do Ensino Médio, seus impactos positivos e negativos para a educação como um todo e, principalmente, para os docentes e discentes. Outro ponto que merece destaque é a preocupação de que com essa reforma os discentes precisam escolher uma área do conhecimento para seguir sua trajetória formativa e essa fase da vida, a adolescência, é um período de muitas incertezas e mudanças para terem a difícil decisão

de escolher uma área para seguir. Assim, é algo que precisa ser repensado e analisado, pois os jovens muitas vezes não têm a maturidade necessária para escolher algo tão importante para suas vidas. Refletimos ainda que não houve um consenso entre os docentes em relação às perspectivas com reforma. Alguns veem como algo positivo, mas muitos docentes têm receios em certos pontos em virtude de ser algo novo e apresentar algumas fragilidades em sua estrutura organizacional. Por fim, reiteramos que é fundamental ampliar as discussões e formações sobre a implantação da reforma do Ensino Médio nas escolas e nos sistemas de ensino, para desta forma minimizar os impactos que a reforma trará para a educação como um todo e para os discentes e docentes que serão os mais prejudicados com essas novas mudanças que irão ocorrer com o currículo e a estrutura do Ensino Médio.

**Agradecimentos:** Agradecemos à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira pelo apoio ao desenvolvimento deste estudo.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Crianças terão de ir à escola a partir de 4 anos de idade. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/18563-criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade>. Acesso em: 29 out. 2021.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Brasília, 1996.
- BRASIL. Medida Provisória 746/2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Casa Civil, 2016.
- BRASIL. Ministro faz apelo por consenso pela educação durante sanção da Lei do Novo Ensino Médio. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/45231-presidente-michel-temer-sanciona-a-medida-provisoria-que-estabelece-novo-ensino-medio>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf). Acesso em: 03 dez. 2021.
- BRASIL. Resolução 510/2016. Conselho Nacional de Saúde. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau/legis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau/legis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 28. Jun. 2021.
- CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônio. A técnica do questionário na pesquisa educacional. Revista Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011
- CORRÊA, Shirlei de Souza; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. “Novo Ensino Médio: quem conhece aprova?” Aprova? Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 2, p. 604-622, abr./jun., 2018.
- EDUCA MAIS BRASIL (Brasil) (org.). Ensino Médio. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/etapa-de-formacao-e-series/ensino-medio>. Acesso em: 29 out. 2021.
- HENGEMUHLE, Adelar. Formação de professores: da função de ensinar ao resgate da educação. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. A Lei no 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 579-598, jul./set. 2020.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. Revista Educação. Santa Maria, v.44, 2019.
- HUBERMAN, Michél. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio. (org.). Vidas de Professores. 2.ed. Porto Editora, Portugal, 2013, p. 31-61.
- KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. Cadernos de Pesquisa, [s. l], v. 41, n. 144, p. 752-769, ago. 2011.
- KUENZER, Acacia Zeneida. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, jul.-set. 2011.
- KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.
- MINAYO, Maria Cecília Souza. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- REIS, Edna Afonso.; REIS, Ilka Afonso. Análise descritiva de dados. Relatório Técnico do Departamento de Estatística. Belo Horizonte: UFMG, 2002
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia no Brasil do século XXI. In: BOTO, Carlota; SANTOS, Vinício de Macedo; SILVA, Vivian Batista; OLIVEIRA, Zaqueu Vieira (Orgs). A escola pública em crise: Inflexões, apagamentos e desafios. 22 ed. São Paulo: FEUSP, 2020.
- SIGNIFICADOS (Brasil) (ed.). Ensino Médio. 2021. Disponível em: <https://www.significados.com.br/ensino-medio/>. Acesso em: 29 out. 2021.
- SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos. Desafios da implementação do ensino remoto. Boletim de Conjuntura, Boa Vista, v. 4, n. 11, p. 81-89, ago. 2020.
- SOUZA, Gessica Mayara de Oliveira; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. O que dizem sobre a reforma do ensino médio: produções sobre lei 13415/2017 no período de 2016 a 2019. South American Journal Of Basic Education, Technical and Technological, Rio Branco, v.7,n.1,p.476-498, 2020.
- SOUZA, Raquel Aparecida; GARCIA, Luciana Nogueira de Souza. Estudos sobre a Lei 13.415/2017 e as mudanças para o novo ensino médio. Jornal de Políticas Educacionais. V. 14, n. 41. Setembro de 2020.
- TOZETTO, Susana Soares; GOMES, Thais de Sá. A prática pedagógica na formação docente. Revista Reflexão e ação. v. 17, n. 2, 2009.
- ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. Revista Brasileira de Educação. n.25, 2005.

\*\*\*\*\*